



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682299 - ES (2021/0232076-3)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : MARTA LUZIA BENFICA
ADVOGADO : MARTA LUZIA BENFICA - ES007932
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : PAULO DO NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO DO NASCIMENTO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (Agravado em Execução n. 0006296-02.2020.8.08.0014).

O paciente foi condenado à pena de 18 (dezoito) anos de reclusão em regime inicialmente fechado pela prática do crime de homicídio.

Após o cumprimento de aproximadamente 02 (dois) anos de prisão, a defesa solicita transferência para o regime domiciliar, em função de seu quadro de saúde.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja deferido ao paciente a prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, observa-se que foram declinados os fundamentos para justificar a manutenção da custódia do paciente (e-STJ fl. 95):

Não se olvida aqui haver Jurisprudência no sentido de que por questão humanitária e em absoluto respeito à dignidade da pessoa humana, se conceda o regime domiciliar.

Foi por considerar tal possibilidade que foi solicitado relatório médico atualizado. Mas não parece ser o caso dos autos.

O relatório médico não fala em momento algum de debilidade que afronte a dignidade humana, mas informa uma doença crônica para qual existe tratamento seja na rede pública municipal de saúde em Colatina, seja nas unidades prisionais da Grande Vitória.

Muito embora o recorrente sofra com a hérnia de disco e artrose, bem como com as dores provenientes dela, entendo que cabe exigir do Estado que garanta plenamente o tratamento a que tem direito antes de lhe conceder o regime domiciliar, que, em função da condenação à longa pena de reclusão, deve ser medida de caráter excepcional, não impedindo que, caso se haja omissão ou se altere o quadro fático, nova decisão seja tomada.

É nesse sentido que, muito embora, entenda não ser o caso de regime domiciliar, julgo necessário que esta Corte

de Justiça determine ao Estado do Espírito Santo que garanta imediatamente o acesso do reeducando ao competente tratamento.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência